

Brasil: questão social e Nordeste*

LUIS DE GONZAGA FONSECA MOTA**

Segundo Cícero: *Summum jus – Summa injuria* (o supremo direito é a suprema injustiça). Acredito, pois, é chegada a hora de se colocar na agenda de debates a transformação do Estado Democrático de Direito em Estado Democrático de Justiça.

Introdução

A democracia moderna baseia-se em um sistema de instituições construídas na expectativa de garantir a representatividade e legalidade das decisões políticas. Entretanto, infelizmente, constatamos que este equilíbrio institucional tem sido seriamente desvirtuado. Um olhar acurado sobre o relacionamento dos poderes constitucionais torna este desequilíbrio de fácil constatação e a confirmação de que as instituições democráticas não estão cumprindo o seu papel de canalizar as demandas da cidadania.

Existe um fenômeno mundial de agigantamento do poder Executivo que reduziu o Legislativo a um papel secundário e homologador das decisões provindas daquele Poder.

A perda de autonomia política do Parlamento, em todo o mundo, deu oportunidade ao incremento da corrupção nos sistemas políticos de forma generalizada. Denúncias de favorecimento são constantes em jornais dos mais variados continentes. Partidos tornaram-se máquinas de arrecadação de fundos, usados nem sempre de forma transparente.

Nesse contexto de baixa representatividade e legitimidade, não causa surpresa o desejável crescimento institucional do Judiciário. Um

* Palestra realizada no dia 6 de dezembro de 2010, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

judiciário forte, capaz de garantir a legalidade e legitimidade constitucional é algo necessário à boa saúde do sistema político. Por outro lado, um judiciário intimidado em seu papel de defensor da ordem legal abre a chancela para a arbitrariedade de quem esteja ditando a agenda política. Com o judiciário fraco, qualquer controle legal e constitucional se torna pouco crível.

Precisamos recuperar, no mundo, a superioridade moral de nossos regimes democráticos. Para tanto, é desejável que o Poder Legislativo resgate sua capacidade deliberativa e representativa, e que o Poder Judiciário garanta a ordem legal e constitucional.

É preciso também que as democracias realmente atendam às demandas da cidadania, seja em termos econômicos, sociais e políticos. A transparência e estabilidade do quadro legal também precisa ser revigorada, algo impossível com os Executivos munidos de tamanhos poderes regimentais e de decreto. Não esqueçamos os fundamentos básicos propostos por Montesquieu, “São poderes independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” Demais, existem três situações indesejáveis para o sistema democrático: apoio incondicional, oposição sistemática e radical, bem como oposição consentida.

Não podemos olvidar, no entanto, que **a pior democracia é preferível a qualquer ditadura** dentro da perspectiva de liberdade e justiça, como também de uma visão estratégica.

Segundo Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica”.

Esta observação do economista indiano, leva-nos a refletir sobre a importância dos três eixos que servem de apoio à sustentação de uma sociedade livre e democrática. De nada adianta um país ser forte do ponto de vista econômico e sua população viver em condições precárias e sem liberdade política.

Dentro desta linha de raciocínio, seria fundamental alcançar a cooperação entre governo, sociedade civil bem como setores empresariais e trabalhistas. O desenvolvimento integrado e sustentável somente ocorrerá na medida em que haja uma participação responsável dos diversos segmentos da sociedade e uma forte consciência política. Questões tão complexas exigem, igualmente, tratamento complexo.

Particularmente, no caso brasileiro, é urgente a necessidade de programas e ações estruturantes que, voltados para a área social, promovam e consolidem os direitos fundamentais.

Por sua vez, sem crescimento econômico, não há de que se falar em geração de renda ou de empregos, e nem de melhorias que repercutam significativamente na vida do cidadão, seja quanto à educação, saúde ou quaisquer outros temas que lhe afetam diretamente. Em termos de globalização econômica, com seus efeitos positivos e negativos, a busca da estabilidade macroeconômica é vital para que a retomada do desenvolvimento seja eficaz.

Dentre os principais objetivos brasileiros, citam-se:

- Inserção do Brasil no contexto mundial;
- Aumento persistente do nível de emprego;
- Melhoria dos indicadores de distribuição de renda;
- Diminuição dos índices de pobreza;
- Redução das desigualdades regionais.

É claro que por trás destes grandes objetivos interdependentes está a Questão Social, prioridade absoluta do país.

Ao Brasil será impossível destacar-se em meio às economias avançadas, se mantidas a miséria e a exclusão social. O desenvolvimento, dentro de uma visão sistêmica, precisa abranger todas as regiões e setores visando o bem-estar da coletividade e o equilíbrio ambiental.

Nada do que foi dito pode ter resultados concretos, sem o envolvimento de toda a sociedade brasileira. Deseja-se que o engajamento se dê de forma crítica e atuante, garantindo a transformação de nossa realidade. Assim, estaremos participando de transformações esperadas, respeitando o regime democrático e a liberdade que lhe é intrínseca.

Desigualdades brasileiras

A despeito das raízes do passado, as causas das desigualdades no Brasil encontram-se principalmente, nas limitações do processo de crescimento, nas tentativas fracassadas de ajuste econômico e nas consequências pouco vantajosas do processo de reestruturação econômica imposto pela globalização.

Ao longo dos anos oitenta, o crescimento econômico brasileiro foi prejudicado em razão da crise gerada pela dívida externa, pelo progres-

sivo déficit público e a consequente crise do Estado e da administração pública, além da inflação decorrente e das tentativas malsucedidas de estabilização econômica. Os resultados não poderiam ser outros que não o agravamento dos problemas sociais, pois cresceu o contingente de pobres e indigentes, acentuaram-se as desigualdades, tornando-se vulneráveis alguns segmentos da sociedade, especialmente, os dependentes da ação direta do Estado.

Os efeitos também se fizeram sentir no nível de desemprego em todo o País face à redução no ritmo de crescimento. Por sua vez, o processo de urbanização foi um dos mais velozes. Enquanto, em 1950, a zona rural detinha 70% da população, atualmente, cerca de 80% dos brasileiros vivem nas cidades. Formaram-se então os chamados ‘cinturões de miséria’ na periferia das cidades, aumentando o contingente de pobres e miseráveis, acentuando a má distribuição de renda e abalando o crescimento econômico do País.

Na verdade, a perversa concentração de renda brasileira resulta no aumento do número de pessoas vivendo em situação precária, sem acesso às mínimas condições de saúde, educação e serviços básicos. Lamentavelmente, o Brasil apresenta uma péssima distribuição de renda: cerca de 1% dos mais ricos concentra 13% da renda nacional e, por outro lado, 50% dos mais pobres ficam também com 13%.

Ademais, as desigualdades regionais persistem, vez que são preocupantes os indicadores socioeconômicos, comparando-se as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste com o Sul e Sudeste. O Nordeste, por exemplo, ao longo do tempo, continua com um terço da população brasileira e participando com apenas 13% a 14% do PIB (Produto Interno Bruto). Faz-se necessária a realização de investimentos compatíveis com o peso demográfico, bem como de natureza estrutural e não apenas circunstancial.

A exclusão econômica e social é mais do que uma característica inaceitável da sociedade brasileira. Trata-se de um problema que poderá ameaçar a própria estabilidade da nossa juvenil democracia. Afinal, como podemos legitimar uma democracia cujos frutos não podem ser compartilhados pela maioria de seus cidadãos?

O País derrota a inflação, há perspectivas de crescimento, mas a renda per capita continua muito baixa. Enquanto o emprego formal permanece em patamares deploráveis, aumenta a informalidade. Temos uma carga tributária altíssima, mas o que é arrecadado não retorna em

favor do cidadão comum no que diz respeito aos serviços públicos que lhe são prestados. A concentração de renda perdura como um dos mais marcantes traços da sociedade brasileira atual. As taxas de juros elevadas inviabilizam os investimentos produtivos.

A situação é similarmente precária no que tange ao acesso à saúde e à educação, como também aos índices de violência. Ainda morrem crianças vítimas de inanição no Brasil. Os hospitais públicos carecem de equipamentos e os aposentados e pensionistas do INSS sofrem os vexames de enfrentar filas desde a madrugada para receber os míseros benefícios a que têm direito. A violência, que antes predominava nos grandes centros, vem alcançando cidades de médio e pequeno porte, bem como a zona rural.

Assim, cremos que a crise brasileira encampa vários setores da atividade humana, atingindo agudamente a saúde, a educação, a segurança e quase todas as camadas sociais, principalmente as menos favorecidas.

Entretanto, é na ética e na moral que se encontra, a nosso ver, a gênese, a força-motriz que gera toda a crise em que estamos envolvidos ao longo de décadas, pois interesses pessoais ou de grupos prevalecem sobre o bem comum.

A questão socioeconômica em que o País mergulha é de tal magnitude que soluções imediatistas são inúteis. Não se devem conceber apenas soluções táticas, mas também estratégicas. O Brasil precisa de propostas estruturais, não apenas circunstanciais, ou seja, de rumo definido. Não podemos, ao mesmo tempo, compatibilizar as expectativas do setor produtivo nacional com aquelas do sistema financeiro especulativo. No momento, a sociedade exige diretrizes e ações para ampliar o nível de emprego, combater a miséria, melhorar a distribuição de renda, retomar o crescimento econômico e exterminar a corrupção.

São objetivos difíceis, no entanto precisam ser perseguidos. O brasileiro não suporta mais as forças especulativas e as improvisações, desejando, o quanto antes, a realização de investimentos infra-estruturais, produtivos e nas áreas sociais que permitam a melhoria da qualidade de vida.

Ressalte-se que a situação é ainda mais preocupante pois há algum tempo, **abandonou-se o “planejamento de governo” – abordando aspectos estratégicos de ordem política, econômica e social – e passou-se a adotar com ênfase o “planejamento de marketing”**, nem sempre verdadeiro e construtivo.

Enquanto persistirem essas desigualdades significativas, o Brasil não deixará de ser um país socialmente injusto.

Enfim, não ao maniqueísmo de direita e de esquerda como também aos acordos fisiológicos, mas sim a defesa da democracia apoiada na liberdade, na justiça social e na igualdade de oportunidades.

A questão social

Concordamos com a ideia de que a educação deve ser proporcionada a todos por constituir um direito e uma condição para o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Além de constituir um direito, a educação também é um dos principais fatores, com certeza o mais importante, do desenvolvimento dos países.

É fundamental que as nações entendam, em primeiro lugar que a educação constitui não um gasto, mas um investimento. Em segundo lugar, este é um investimento de longo prazo que deve expressar o compromisso de gerações e ser elevado a um projeto do Estado Democrático, para além das divergências partidárias de forças políticas que momentaneamente ocupam os papéis de governo e oposição, ou seja, a educação não deve ser um programa de Governo, mas de Estado.

Ademais, deve-se buscar a articulação dos diversos atores sociais, somando esforços de governos, setores empresariais e trabalhistas e da sociedade civil em geral. Há uma evidente correlação entre os níveis educacionais, cognitivos e comportamentais, das populações e o desenvolvimento dos países.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos produtivos são requeridas novas aptidões. Não basta acompanhar as transformações, há que se ter a capacidade de antecipá-las. Daí a necessidade da educação ao longo de toda a vida. Este é um processo irreversível.

Desta forma, o desenvolvimento passa a ser orientado a uma finalidade: o bem-estar humano. E, neste contexto, a educação já não é um meio de atingi-lo, mas um elemento dele constitutivo. Este entendimento levou à adoção da educação como o fator mais importante na construção do conhecido IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que tem orientado as políticas públicas em vários países e constituído significativo indicador de avaliação de seus acertos ou insuficiências.

No Brasil, por exemplo, há um grande consenso em prol da educação quando se analisam os discursos das mais diversas lideranças

políticas. Ao mesmo tempo a sociedade requer que os desafios colocados para a educação sejam enfrentados com mais disposição, com melhor qualidade e com mais recursos financeiros.

Resta, pois, o passo mais difícil - transformar a retórica em ações concretas e priorizar os investimentos na educação, nas múltiplas dimensões do acesso, equidade e qualidade.

Este será o caminho do desenvolvimento equilibrado, com distribuição de renda e participação de todos na riqueza das nações – o verdadeiro desenvolvimento humano.

Por sua vez, os países emergentes, principalmente, vêm apresentando ao longo do tempo, baixos índices educacionais.

No Brasil, por exemplo, os níveis fundamental, médio e superior, apesar de algumas melhorias pontuais, ainda permanecem num estágio pouco satisfatório. Entra governo e sai governo, percebe-se que a educação brasileira continua baseada numa prioridade retórica e não em ações objetivas visando à realização de investimentos, nas múltiplas dimensões do acesso, equidade e qualidade. Para se ter uma ideia do grave problema no Brasil, em 2005, o Governo Federal pagou cerca de R\$ 140 bilhões de juros e aplicou apenas R\$ 28,5 bilhões no setor educacional, ou seja, aproximadamente 20%. Todos sabem que uma estrutura de ensino eficaz é fundamental para melhorar as condições de vida do povo, nos aspectos do emprego, da saúde, da violência, dentre outros. Segundo o professor Albert Fishlow, conhecedor profundo da problemática dos países emergentes, “investir na educação é a forma mais eficiente para se conseguir uma melhor e mais justa distribuição de renda”.

A pessoa com maior nível de escolaridade é mais livre, e tem melhor possibilidade de acesso ao mercado de trabalho em constante evolução, característica desta era de globalização. Com o aperfeiçoamento da mão-de-obra há mais atração de investimentos, qualificação de empregos e dinamização do consumo. De fato, a educação melhora a qualidade de vida do cidadão, o que permite torná-lo um consumidor mais consciente e exigente. No Brasil já ouvimos falar em ‘choque de capitalismo’, ‘choque de crescimento’, ‘choque de esperança’, ‘choque de socialismo’, dentre outros, no entanto, acreditamos ser o mais importante o “choque de educação”. Através do caminho da educação encontramos o verdadeiro desenvolvimento humano, abrangendo a solidariedade, a liberdade e a igualdade de oportunidades.

Convém destacar, a educação deveria ser um programa de Estado e não de governo.

A região Nordeste

Já ouvimos e lemos algumas vezes que a cultura brasileira, numa análise mais recente e no seu sentido amplo, está consolidada em cinco ensaios antológicos, quais sejam: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado e *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Junior. Estas obras mostram, a partir da estrutura cultural e organizacional do País, os elementos sociais, econômicos e políticos formadores do processo histórico brasileiro. São livros indispensáveis para qualquer estudioso sobre temas nacionais. Em cursos de política, direito, economia, história, letras, sociologia etc., os mencionados textos não podem ficar fora das leituras obrigatórias, principalmente, quando se tratar do ensino universitário. Ficamos às vezes imaginando quanto tempo é perdido, sem generalizar, na leitura de verdadeiros “enlatados” estrangeiros desvinculados e incompatíveis com a realidade brasileira, portanto, prejudiciais ao nosso povo. Em outras palavras, precisamos valorizar o que é genuinamente nosso, com vistas ao desenvolvimento de ideias e pensamentos relevantes para a nossa formação cultural, não desprezando, todavia, as manifestações importadas que se apresentam significativas.

Dentro da análise da cultura brasileira, destaca-se a participação de temas relacionados com o Nordeste. É o sentimento da “nordestinidade”, até mesmo entre aqueles que não nasceram na Região. Nessa linha de raciocínio ressaltamos, dentre outros, três intelectuais, sendo um romancista(nordestino-alagoano), um pintor(paulista) e um músico – poeta-romancista (carioca). Graciliano Ramos, Cândido Portinari e Chico Buarque mostram em seus trabalhos grande sensibilidade para a questão social, condenando qualquer tipo de preconceito e injustiça.

Em *Vidas Secas*, consideramos a sua obra-prima, Graciliano Ramos relata a fuga desesperada de uma família nordestina e destaca a fidelidade recíproca entre os migrantes e a cachorrinha Baleia. Por sua vez, Cândido Portinari, ao pintar “Retirantes Nordestinos”, expressa, de um lado, o sofrimento nos rostos daquelas pessoas e, de outro, evidencia a força e determinação em busca de melhores dias. Já Chico Buarque,

na música “Pedro Pedreiro”, um retirante, sem dúvida, esperando, esperando, esperando, lamentavelmente, a morte. A morte causada pela injustiça mas ocorrida com dignidade, ou seja, no trabalho.

Fidelidade, força e dignidade são sentimentos inerentes aos nordestinos, vítimas, ao longo do tempo, de políticas públicas inadequadas e de promessas não cumpridas. Não podemos nos perder e tampouco nos iludir com manifestações retóricas. So haverá Brasil desenvolvido, com Nordeste desenvolvido. Possuímos, vale repetir, os sentimentos da fidelidade, da força e da dignidade e não mais podemos admitir as injustas desigualdades regionais, bem como os perversos movimentos migratórios. Lugar de nordestino é no Nordeste, trabalhando para o desenvolvimento da Região e não sendo muitas e muitas vezes explorado em outras áreas do país e ate mesmo no exterior.

Ademais, segundo Adonias Filho, não houve no Nordeste brasileiro o romance modernista, mas sim o ciclo pré-modernista e o pós-modernista. O primeiro, de Franklin Távora e Domingos Olympio, colocava em plano secundário os elementos sociais e na fase principal da cena, de forma invulgar, a chamada ação episódica. O segundo, com destaque, entre outros, para a querida e incomparável Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, onde os elementos sociais superam a ação episódica, traduzindo com rigor o documentário. Mas, a fechar-se o segundo ciclo.

Graciliano Ramos abre a terceira fase: acrescenta ao documentário, sem anular a irradiação social, as indagações psicológicas”.

Por trás das obras dos autores mencionados, existem componentes políticos, econômicos e religiosos compatíveis com os momentos em que foram escritas. A literatura nordestina, com certeza, é a que apresenta com maior realismo as características de um povo que, como já foi dito, mata e reza para não morrer. A visão do intelectual, além de ser abrangente, é caracterizada por conter, na maioria das vezes, sentimentos sociais, diferentemente, daquilo que pensam muitos tecnocratas.

A produção literária do Nordeste precisa ser levada em consideração pelos formuladores de políticas econômicas globais. Talvez, seja mais importante a leitura de *O Quinze*, *A Bagaceira*, *Vidas Secas* e tantos outros livros do que de compêndios estrangeiros de economia política, mesmo de alguns mestre famosos como Friedman, Hansen, Ackley, Leftwich etc. O Nordeste tem suas peculiaridades e também suas vantagens comparativas, que devem ser transformadas em vantagens competitivas.

Da maneira como não tivemos no romance a fase modernista, segundo Adonias Filho, podemos, mediante prioridades concretas para a educação e a tecnologia, entrarmos mais rapidamente na fase pós-informática. Precisamos dar um salto de informação e de conhecimento. Nós, economistas em particular, necessitamos aprender com os verdadeiros literatos, para que possamos ler e escrever o romance do Nordeste desenvolvido.

Não basta a educação formal, torna-se relevante a educação comportamental. E esta só se adquire através do saudável “vício” da leitura diversificada. Somente assim a cultura nordestina poderá ser considerada na análise da problemática regional. Enfim, **a não conexão entre a teoria socioeconômica e a realidade cultural** é o motivo principal do impasse do futuro, não só para o Nordeste, mas para as regiões e países subdesenvolvidos do mundo.

Considerações finais

Diante do que foi apresentado, sugerimos, em caráter preliminar, a concepção de duas instituições fundamentais com vistas à melhoria das condições sociais e ao desenvolvimento do Nordeste do Brasil.

A primeira proposta refere-se à concepção da Agência Brasileira de Integração Social (ABIS), abrangendo os seguintes pontos principais:

- será uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, capaz de viabilizar a parceria público – privada nesse tema;
- atuará mediante a articulação, integração e mobilização de iniciativas no campo social, se possível, dentro do princípio de operação em rede;
- contará com a participação de órgãos ou instituições do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor, os quais participarão do Conselho Mantenedor;
- deverá articular-se com Ministérios, Secretarias, Órgãos do Governo, agências de desenvolvimento regionais, estaduais e municipais, entidades empresariais e ONGs, com vistas a não se sobrepor às atividades executadas com eficiência por outros organismos, bem como evitar duplicidade;
- deverá pautar seu esforço operacional pela iniciativa, agilidade, independência e transparência, adotando uma estratégia pró-ativa na consecução de seus objetivos;

- não terá por atribuição a formulação de políticas de qualquer natureza, mas fundamentalmente articular e integrar ações sociais;
- desenvolverá esforços para que Projetos e Programas de investimentos sejam realizados na medida do possível, levando-se em consideração um **Relatório de Impacto Social** (RIS);
- deverá realizar suas ações de modo sustentável, equilibrando receitas e despesas, com recursos públicos, privados e receita própria;
- deverá adotar uma organização tal que não venha a se tornar refém da cultura burocrática, de influências político-partidárias e de interesses de grupos;
- deverá possuir quadro de pessoal próprio reduzido e qualificado, bem como realizar suas atividades apoiando-se sempre que possível, em terceirizações e parcerias. A direção deverá ficar a cargo de pessoas dos setores público e privado de indiscutível capacidade e notória contribuição pública;
- aproveitará e potencializará os ativos sociais já existentes na esfera governamental e, quando possível, no setor privado;
- poderá estimular o **Retorno Voluntário e Orientado às Origens (RVO)**.

Com isso, espera-se promover a articulação e integrar programas do Governo e da iniciativa privada, visando objetivamente o desenvolvimento e, claro, a melhoria da qualidade de vida da população.

A segunda proposta diz respeito à criação do Centro de Estudos Avançados do Nordeste (CEAN). Seria uma associação civil, sem fins lucrativos. Apoiada na parceria público – privada.

O CEAN teria por finalidades o debate de ideias e a formulação de políticas e estratégias voltadas para o desenvolvimento e a modernização do Nordeste do Brasil, em suas dimensões econômico-social, político-institucional e cultural.

Para consecução de suas finalidades, o CEAN visaria o desenvolvimento de ações básicas, tais como:

- realizar estudos e pesquisas de natureza econômico-financeira, sociológica, ambiental, político-institucional e cultural, bem como de caráter interdisciplinar;
- colaborar com entidades públicas e privadas na elaboração ou acompanhamento de pesquisas e estudos consentâneos com suas finalidades;
- organizar Fóruns de Debates Regionais ou Nacionais, bem como con-

ferências, seminários, cursos, simpósios e oficinas de trabalho, visando à apresentação e discussão de estudos e pesquisas, como também de outras análises e propostas julgadas relevantes;

- divulgar amplamente, inclusive pelos meios de comunicação e através de publicações, os resultados de suas atividades.

Com isso, seria mais uma tentativa de encarar a problemática do Nordeste, levando-se em consideração as perspectivas do Brasil, num ambiente de globalização.

Por fim, valeria ressaltar, são duas propostas embrionárias que precisam ser debatidas e aperfeiçoadas.